



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
EMPRESA DE TECNOLOGIA, DA INFORM. E COMUNIC. DO ESTADO DO PARÁ – PRODEPA



Demonstrações Contábeis 2020



CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ, que teve sua razão social alterada *pelo LEI ESTADUAL Nº 8.096, DE 1º JANEIRO DE 2015*, passando a denominar-se EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – PRODEPA; é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, na forma da Lei Estadual N. 5.460/88 que a transformou de Autarquia para Empresa Pública. A PRODEPA tem por finalidade, planejar, programar, assessorar e executar as atividades relacionadas à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, prioritariamente para a administração pública Estadual.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da PRODEPA foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e a norma NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidades.

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), e estão dispostas como segue abaixo:

- ✓ *Balanço Patrimonial;*
- ✓ *Demonstração do Resultado do Exercício;*
- ✓ *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- ✓ *Demonstração do Fluxo de Caixa;*
- ✓ *Demonstração do Valor Adicionado;*
- ✓ *Notas Explicativas;*

BALANÇO PATRIMONIAL	2020	2019
ATIVO	66.745.429,56	63.228.456,52
ATIVO CIRCULANTE	43.670.588,80	38.826.211,36
DISPÓNIVEL	17.769.396,66	17.430.609,13
BANCOS CONTA MOVIMENTO	930.298,67	6.648.488,14
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	16.839.097,99	10.782.120,99
CLIENTES	21.672.251,75	19.157.117,66
CONTAS A RECEBER DE ENTIDADES PÚBLICAS	25.574.113,00	23.092.811,45
CONTAS A RECEBER DE ENTIDADES PRIVADAS	59.726,52	25.893,98
(-) PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS	-3.961.587,77	-3.961.587,77
OUTROS CRÉDITOS	2.008.404,44	1.360.908,15
TÍTULOS A RECEBER	856.674,34	856.674,34
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	34.393,46	8.729,31
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	706.044,05	444.048,68
SUPRIMENTO DE FUNDOS	14.678,51	396,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS	397.105,08	51.059,82
(-) RECEBIMENTOS NÃO IDENTIFICADOS	-491,00	0,00
ESTOQUES	833.187,46	867.193,94
ESTOQUES	833.187,46	867.193,94
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.387.348,49	10.382,48
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	1.387.348,49	10.382,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.074.840,76	24.402.245,16
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.551.874,15	2.415.499,86
CONTAS A RECEBER	1.168.941,48	1.168.941,48
DEPÓSITOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	1.382.932,67	1.246.558,38
INVESTIMENTOS	13.052,85	13.052,85
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.052,85	13.052,85
IMOBILIZADO	20.342.196,86	21.746.662,31
BENS IMOVEIS	10.743.459,42	10.743.459,42
BENS IMOVEIS DE USO ESPECIAL	250.061,91	250.061,91
BENS MOVEIS	45.027.707,99	44.056.460,98
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-35.679.032,46	-33.303.320,00
INTANGÍVEL	167.716,90	227.030,14
BENS INCORPÓREOS	5.123.412,47	5.123.412,47
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-4.955.695,57	-4.896.382,33

Balço Patrimonial	2020	2019
PASSIVO	66.745.429,56	63.228.456,52
PASSIVO CIRCULANTE	11.289.433,28	13.389.717,42
CONSIGNAÇÕES A RECOLHER	3.658,61	279.403,66
CONSIGNAÇÕES A RECOLHER	3.658,61	279.403,66
FORNECEDORES	1.659.173,35	3.233.928,72
FORNECEDORES	1.703.420,01	3.233.928,72
(-) BENS E SERVIÇOS NÃO RECEBIDOS	-44.246,66	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	389.765,15	392.940,80
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	389.765,15	392.940,80
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	4.238.047,18	3.569.711,69
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	699.091,04	368.891,82
PROVISÕES	3.538.956,14	3.200.819,87
OUTRAS OBRIGAÇÕES	808.528,74	321.223,37
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	157.473,08	143.000,72
ENERGIA ELÉTRICA ÁGUA E TELEFONE A PAGAR	1.406,40	1.127,72
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	167.972,40	173.460,37
PARCELAMENTO IMP/ENC SOCIAIS A PAGAR	481.676,86	3.634,56
CONVÊNIOS E TERMOS DE COOP.TÉCNICAS	4.190.260,25	5.592.509,18
TERMO DE COOP. TÉCNICA - BANPARÁ/ PRODEPA	4.190.260,25	5.592.509,18
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	16.262.717,76	17.169.693,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.262.717,76	17.169.693,00
PARCELAMENTO IMP/ENC SOCIAIS A PAGAR	11.166.499,41	12.073.474,65
PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS	5.096.218,35	5.096.218,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.193.278,52	32.669.046,10
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	29.081.412,99	29.081.412,99
CAPITAL SUBSCRITO	29.081.412,99	29.081.412,99
RESERVAS DE CAPITAL	5.369.846,64	5.369.846,64
RESERVAS DE REAVALIAÇÕES	5.369.846,64	5.369.846,64
RESERVAS DE LUCROS	13.701.477,72	7.147.561,71
RESERVAS DE LUCROS PRÓPIOS	13.701.477,72	7.147.561,71
RESULTADOS ACUMULADOS	-8.959.458,83	-8.929.775,24
RESULTADOS ACUMULADOS	-8.959.458,83	-8.929.775,24


 Marcos Antônio Brandão da Costa
 Presidente
 CPF 048.051.862-91

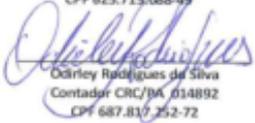

 Carlos José Soares Raposo
 Diretor Adm. Financeiro
 CPF 288.995.982-15


 Gustavo Bezerra da Costa
 Diretor de Desenvolvimento de
 Sistemas


 Luiz Carlos Henriques G. de Oliveira
 Diretor de Projetos Especiais
 CPF 070.065.832-20


 Maria Helena Moscoso de Silva
 Diretor de Tecnologia e Comunicação
 CPF 625.715.088-89


 Sandro Juny de Oliveira
 Diretor de Relações Institucionais
 CPF 038.110.762-05


 Odirley Rodrigues de Silva
 Contador CRC/PA 014892
 CPF 687.817.252-72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	39.519.949,65	37.557.876,55
<i>Serviços Prestados</i>	39.519.949,65	37.557.876,55
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-5.436.523,52	-5.013.770,68
<i>Cancelamentos de vendas</i>	-	-
<i>Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas</i>	-5.346.523,52	-5.013.770,68
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34.173.426,13	32.544.105,87
(-) CUSTOS DO SERVIÇO	-57.926.535,70	-60.176.442,30
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-23.753.109,57	-27.632.336,43
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	-26.082.428,78	-24.729.634,26
<i>Despesas Gerais Administrativas</i>	-26.082.428,78	-24.729.634,26
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	-1.100.035,84	394.493,06
<i>Despesas Financeiras</i>	1290461,41	-28,3
<i>(-) Receitas Financeiras</i>	-190.425,57	394.521,36
OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	57.493.333,06	55.182.100,46
<i>Subvenções para Custeios</i>	50.937.001,95	52.274.891,60
<i>Subvenções para Investimentos</i>	6.553.916,01	2.892.803,42
<i>Outras Receitas Operacionais</i>	2.415,10	14.405,44
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL S/ LUCRO	6.557.758,87	3.214.622,83
(-) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	-	-321.819,41
<i>Imposto de Renda PJ - IRPJ</i>	-	-228.634,54
<i>Contribuição Social Sobre Lucro -CSLL</i>	-	-93.184,87
* (=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.557.758,87	2.892.803,42
Lucros ou Prejuízos por Ação	13,12	5,79


 Marcos Antônio Brandão da Costa
 Presidente
 CPF 048.051.862-91


 Luiz Carlos Hemenon G. de Oliveira
 Diretor de Projetos Especiais
 CPF 070.066.832-20


 Carlos José Soares Raposo
 Diretor Adm. Financeiro
 CPF 288.995.982-15


 Maria Helena Moscoso da Silva
 Diretor de Tecnologia e Comunicação
 CPF 625.715.088-49


 Odirley Rodrigues da Silva
 Contador CRC/BA 014892
 CPF 687.817.252-72


 Gustavo Bezerra da Costa
 Diretor de Desenvolvimento de
 Sistemas

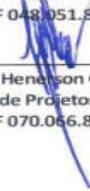

 Sandro José de Oliveira
 Diretor de Relações Institucionais
 CPF 038.110.762-05

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

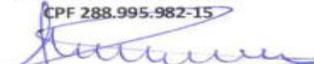
Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros	Reservas de Reavaliações	Lucros e Prejuízos	Total do Patrimônio
	Integralizado	Reservas de Incentivos Fiscais	Terrenos/Edificações	Acumulados	Líquido
Saldo Em 31/12/2018	29.081.412,99	4.254.758,29	5.369.846,64	-8.929.775,24	29.776.242,68
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO DE RES. INCENTIVOS FISCAIS	0,00	2.892.803,42	0,00	-2.892.803,42	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	2.892.803,42	2.892.803,42
Saldo Em 31/12/2019	29.081.412,99	7.147.561,71	5.369.846,64	-8.929.775,24	32.669.046,10

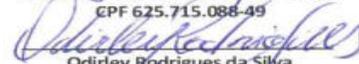
Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros	Reservas de Reavaliações	Lucros e Prejuízos	Total do Patrimônio
	Integralizado	Reservas de Incentivos Fiscais	Terrenos/Edificações	Acumulados	Líquido
Saldo Em 31/12/2019	29.081.412,99	7.147.561,71	5.369.846,64	-8.929.775,24	32.669.046,10
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-33.526,45	-33.526,45
CONSTITUIÇÃO DE RES. INCENTIVOS FISCAIS	0,00	6.553.916,01	0,00	-6.553.916,01	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	6.557.758,87	6.557.758,87
Saldo Em 31/12/2020	29.081.412,99	13.701.477,72	5.369.846,64	-8.959.458,83	39.193.278,52


 Marcos Antônio Brandão da Costa
 Presidente
 CPF 048.051.862-91


 Luiz Carlos Henerson G. de Oliveira
 Diretor de Projetos Especiais
 CPF 070.066.832-20


 Carlos José Soares Raposo
 Diretor Adm. Financeiro
 CPF 288.995.982-15

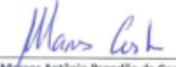

 Maria Helena Moscoso da Silva
 Diretor de Tecnologia e Comunicação
 CPF 625.715.088-49


 Odirley Rodrigues da Silva
 Contador CRC/PA 014892
 CPF 687.817.252-72


 Gustavo Bezerra da Costa
 Diretor de Desenvolvimento de
 Sistemas


 Sandro Reis de Oliveira
 Diretor de Relações Institucionais
 CPF 038.110.762-05

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Método Indireto	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Ajustado	8.959.258,12	4.962.817,54
Lucro líquido do exercício	6.557.758,87	2.892.803,42
(+) Depreciação/Amortização	2.435.025,70	2.070.014,12
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-33.526,45	0,00
Variações nos Ativos	-4.641.964,20	759.613,37
Contas a Receber	-2.515.134,09	119.089,42
Prov. Devedores Duvidosos	0,00	1.155.949,10
Títulos a Receber	0,00	278.468,67
Adiantamentos Diversos	-25.664,15	-1.881,26
Tributos a Compensar	-261.995,37	38.696,76
Suprimento de Fundos	-14.282,51	-396,00
Depósitos Restituíveis	-346.045,26	325.192,16
Recebimentos não identificados	491,00	0,00
Estoque	34.006,48	-134.161,53
Despesas Pagas Antecipadamente	-1.376.966,01	-1.505,82
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	-136.374,29	-1.019.838,13
Variações nos Passivos	-3.007.259,38	-1.842.154,14
Consignações a Recolher	-275.745,05	271.246,01
Fornecedores	-1.574.755,37	2.076.751,31
Obrigações Tributárias	-3.175,65	288.532,96
Obrigações Com Pessoais	330.199,22	-359.082,67
Provisões	338.136,27	48.952,00
Outras Contas a Pagar	487.305,37	-618.559,40
Termo de Coop. Técnica Banpará/SECTI/PRODEPA	-1.402.248,93	-3.862.720,00
Exigibilidades a Longo Prazo	-906.975,24	312.725,65
Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	1.310.034,54	3.880.276,77
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compra de Imobilizado/Intangível	-1.031.849,61	-4.191.461,50
Baixas e Estornos no Imobilizados	60.602,60	12.029,00
Disponibilidades Geradas pelas Atividades de Investimentos	-971.247,01	-4.179.432,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reservas de Incentivos Fiscais	0,00	0,00
Disponibilidades Geradas pelas Atividades de Financiamentos	-	-
FLUXO DE CAIXA NO EXERCÍCIO	338.787,53	-299.155,73
Saldo Final das Disponibilidades	17.769.396,66	17.430.609,13
(-) Saldo Inicial das Disponibilidades	-17.430.609,13	-17.729.764,86
Varição das Disponibilidades	338.787,53	-299.155,73


 Marcos Antônio Brandão da Costa
 Presidente
 CPF 048.051.862-91


 Carlos José Soares Raposo
 Diretor Adm. Financeiro
 CPF 288.995.982-15


 Gustavo Bezerra da Costa
 Diretor de Desenvolvimento de
 Sistemas

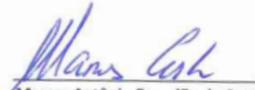

 Luiz Carlos Hemenon G. de Oliveira
 Diretor de Projetos Especiais
 CPF 070.056.832-20


 Maria Helena Moscoso da Silva
 Diretor de Tecnologia e Comunicação
 CPF 625.715.088-49


 Odirley Rodrigues da Silva
 Contador CRC/PA 014892
 CPF 687.817.752-72


 Sandro José de Oliveira
 Diretor de Relações Institucionais
 CPF 038.110.762-05

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2020	2019
1 – RECEITAS	<u>39.519.949,65</u>	<u>36.401.927,45</u>
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	39.511.008,84	37.337.467,47
1.2) Outras receitas de Serviços Prestados	8.940,81	220.409,08
1.3) Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(1.155.949,10)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	<u>23.289.646,50</u>	<u>22.568.449,83</u>
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	16.231.399,85	18.107.310,92
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.058.246,65	4.461.138,91
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>16.230.303,15</u>	<u>13.833.477,62</u>
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>2.435.025,70</u>	<u>2.070.014,12</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	<u>13.795.277,45</u>	<u>11.763.463,50</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>57.683.758,63</u>	<u>55.576.621,82</u>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00
6.2) Receitas financeiras	190.425,57	394.521,36
6.3) - Subvenções para Custeios	50.937.001,95	52.274.891,60
6.4) - Subvenções para Investimentos	6.553.916,01	2.892.803,42
6.5) - Outras	2.415,10	14.405,44
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	<u>71.479.036,08</u>	<u>67.340.085,32</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	<u>71.479.036,08</u>	<u>67.340.085,32</u>
8.1) Pessoal	<u>55.738.871,89</u>	<u>55.111.029,46</u>
8.1.1 – Remuneração direta	43.535.449,58	43.720.207,60
8.1.2 – Benefícios	8.899.880,05	8.064.729,87
8.1.3 – F.G.T.S	3.303.542,26	3.326.091,99
8.2) Impostos, taxas e contribuições	<u>9.182.405,32</u>	<u>9.336.252,44</u>
8.2.1 – Federais	15.027.778,22	15.665.239,72
8.2.2 – Estaduais	271.175,62	86.487,56
8.2.3 – Municipais	2.015.547,38	1.878.110,35
8.2.4 – Sindicatos e Órgãos de Classe	43.600,45	32.818,13
8.2.5 - Estornos de Impostos, Taxas, Contribuições - Vendas Canceladas	-8.175.696,35	-8.326.403,32
Vendas Canceladas		0,00
Crédito de INSS Desoneração de Folha	- 8.175.696,35	8.326.403,32
Crédito Pis Não Cumulativo	0,00	0,00
Crédito Cofins Não Cumulativo	0,00	0,00
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	<u>6.557.758,87</u>	<u>2.892.803,42</u>
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	<u>6.557.758,87</u>	<u>2.892.803,42</u>


 Marcos Antônio Brandão da Costa
 Presidente
 CPF 048.051.862-91


 Carlos José Soares Raposo
 Diretor Adm. Financeiro
 CPF 288.995.982-15


 Gustavo Bezerra da Costa
 Diretor de Desenvolvimento de
 Sistemas


 Luiz Carlos Heranson G. de Oliveira
 Diretor de Projetos Especiais
 CPF 070.066.832-20


 Maria Helena Moscoso da Silva
 Diretor de Tecnologia e Comunicação
 CPF 625.715.088-49


 Sandro Reis de Oliveira
 Diretor de Relações Institucionais
 CPF 038.110.762-05


 Odirley Rodrigues da Silva
 Contador CRC/PA 014892
 CPF 687.817.252-72



EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2020

(Expressas em Reais)

CONTEXTO OPERACIONAL

A *Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA* é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, na forma da Lei Estadual N. 5.460/88 que a transformou de Autarquia para Empresa Pública. A PRODEPA tem por finalidade, planejar, programar, assessorar e executar as atividades relacionadas à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, prioritariamente para a administração pública estadual.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da EMPRESA PRODEPA foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e a norma NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidades. As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), salvo se indicado o contrário.

APLICAÇÃO DOS CPC'S

A aplicação dos CPC's tem se dado nas elaborações das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo as demonstrações anuais apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidades em todos os aspectos.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Principais Práticas Contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistentes a todos os períodos do exercício 2019 apresentados nas demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

1. ATIVO

1.1 ATIVO CIRCULANTE

1.1.1 DISPONÍVEL

- **Bancos Conta de Movimentação**

Refere-se a contas de depósito mantida em instituições financeiras com o propósito de segurança e rapidez de **acesso à demanda** por meio dos canais disponíveis.

	2020	2019
BANCOS - CONTA MOVIMENTO		
Banco do Estado do Pará – 180.140-6	99.559,77	6.599.031,61
Banco do Estado do Pará – Única	830.738,90	49.456,53
	930.298,67	6.648.488,14

- **Aplicações de Liquidez Imediata**

São aplicações cujas rentabilidades são definidas no ato da negociação. Possuem liquidez diária e o resgate poderá ser feito a qualquer tempo sem prejuízo à rentabilidade, sendo permitido o resgate parcial e com a possibilidade de aplicar/resgatar automaticamente.

	2020	2019
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
Banco do Estado do Pará - 180.141-4	9.629.637,55	2.563.626,60
Banco do Estado do Pará - 606.703-4	128.378,84	125.574,70
Banco do Estado do Pará – 610.667-6	34.893,61	34.127,51
Banco do Estado do Pará - 611.209-9	959,76	939,91
Banpará CDB - 385.486-8 – TCT 001/2015	306.563,27	299.732,33
Banco do Brasil - 286.860-1	237.116,54	28.832,31
Banco do Estado do Pará - 613.493-9	0,00	9.155,40
Banpará CDB - 473.643-5 - TCT 002/2016 BANP CONECT	1.600.620,59	1.595.089,33
Banco do Estado do Pará - 505852-0 - Aplicação LP1	998.186,97	948.953,67
Banco do Estado do Pará - 505854-6 - Aplicação LP2	1.554.006,55	1.474.738,86
Banco do Estado do Pará – 614.188-9	740,95	725,63
Banpará – 567.440-9 – TCT 003/2018 BANP CONECT 2	2.344.994,12	3.697.687,52
Banco do Estado do Pará - 614.774-7	2.999,24	2937,22
	Total 16.839.097,99	10.782.120,99

- **Contas a Receber - Clientes**

As contas a receber de Clientes são registradas e mantidas no Balanço Patrimonial pelo valor presente de realização desses créditos. A carteira de Clientes da empresa é diversificada, sendo a prática de venda diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a empresa está disposta a correr.

	2020	2019
CONTAS A RECEBER		
Notas Fiscais Emitidas à Entidades Públicas	25.574.113,00	23.092.811,45
Notas Fiscais Emitidas à Entidades Privadas	59.726,52	25.893,98
(-) Ajuste Para Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.961.587,77)	(3.961.587,77)
Total	21.672.251,75	19.157.117,66

- **Provisão Para Devedores Duvidosos**

É um indicador contábil que informa o valor que a empresa pode perder com clientes inadimplentes. Isto é, como o próprio nome sugere, é uma estimativa contábil dos créditos dos clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados. Vale ressaltar que desde o ano-calendário de 1997, com a publicação da *Lei nº 9.430/1996 (Artigo 14)*, essa provisão deixou de ser dedutível para fins fiscais.

Para o cálculo, considera-se uma média percentual dos valores não recebidos ao longo dos cinco últimos exercícios, aplicada ao saldo de clientes a receber.

Ano	Valor Líquido das Notas Fiscais	Recebimento	% Recebimento	% Não Recebido
2015	R\$ 21.909.746,22	R\$ 16.048.758,09	73,25%	26,75%
2016	R\$ 26.175.389,55	R\$ 22.069.377,67	84,31%	15,69%
2017	R\$ 27.619.902,51	R\$ 22.701.032,43	82,19%	17,81%
2018	R\$ 32.622.842,79	R\$ 25.681.461,73	78,72%	21,28%
2019	R\$ 35.598.869,36	R\$ 33.063.365,05	92,88%	7,12%
2020	R\$ 37.485.339,39	R\$ 34.462.770,06	91,94%	8,06%
Média Não Recebidos 2020 - Últimos 5 anos				13,99%

Aplicação da média percentual ao saldo de Clientes a receber	
Clientes Públicos	R\$ 25.574.113,00
Clientes Privados	R\$ 59.726,52
Total de Clientes	R\$ 25.633.839,52
Valor aplicando a Média de 13,99%	R\$ 3.586.857,92

Em 2019, a empresa apurou uma média de 17,73% nos últimos 5 anos, constituindo assim uma provisão de **R\$ 1.155.949,10** para representar a realidade dos direitos em questão e compondo um valor total de **R\$ 3.961.587,77**.

Em 2020, com um índice de 13,99%, consideramos que a provisão existente é suficiente para demonstrar prováveis perdas pelo não recebimento, conforme médias calculadas nos últimos anos. Portanto, não constituímos Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no exercício.

- **Outros créditos**

É constituído pelos Títulos a Receber, Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar/Compensar, Depósitos Restituíveis e Suprimento de Fundos.

- **Títulos a receber**

A Rubrica representa os valores a receber por Termo de Confissão de Dívidas dos Clientes abaixo listados:

TÍTULOS A RECEBER	
<i>Confissão de Dívida – CINBESA</i>	10.699,08
<i>Confissão de Dívida – SEASTER</i>	845.975,26
Total	856.674,34

- **Adiantamento a Empregados**

A Rubrica representa valores que foram adiantados a funcionários e não foram realizados os descontos dos mesmos, ficando a PRODEPA, dessa maneira, com o direito de ser ressarcida.

ADIANTAMENTOS DE SALÁRIOS E 13º SALÁRIO	
13º Salário	
<i>Anderson da Silva Félix</i>	1.386,52
<i>Fabiana Pires da Rocha Saunders</i>	2.218,64
<i>Frandi Tancredi Soares</i>	5.461,53
<i>Gracineide Cayres Andrade</i>	1.370,50
<i>Jefferson Miguel Gonçalves Ferreira</i>	2.373,80
<i>Joel Furtado Martins</i>	2.213,82
<i>Lea Vania Carvalho de Oliveira Macêdo</i>	5.221,80
<i>Orivaldo Matos Martins</i>	494,84
<i>Roberto Alves Amanajás</i>	6.436,93
<i>Rosivete Rodrigues Defensor</i>	2.329,79
<i>Tiago de Souza Cardoso</i>	3.899,79
<i>Verena Picanço Rocha</i>	406,42
<i>Valor Adiantado Folha 13º Comp. 2019</i>	579,08
Total	34.393,46

- **Tributos a Recuperar/Compensar**

Os valores dos tributos passíveis de compensação sejam por recolhimentos na fonte, indevido ou a maior; são contabilizados em contas do ativo, de acordo com a legislação de regência. O total de Tributos a Compensar é de **R\$ 706.044,05**.

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	
<i>IR a recuperar</i>	227.985,51
<i>Imposto de Renda Retido na Fonte</i>	28,48
<i>PIS a recuperar</i>	62.945,71

	<i>Continuação</i>
<i>COFINS a recuperar</i>	288.850,43
<i>CSLL (1%)</i>	41.846,00
<i>COFINS Não Cumulativo a Recuperar - Compensar</i>	49.190,27
<i>PIS Não Cumulativo a Recuperar - Compensar</i>	10.902,47
<i>Outros Tributos a Compensar/Recuperar</i>	24.295,18
Total	706.044,05

O valor da conta Outros Tributos a Compensar corresponde ao pagamento indevido de PIS e COFINS Não Cumulativo na competência 03/2021.

<i>Outros Tributos a Compensar/Recuperar</i>	150.853,14
Valor Compensado	(126.557,96)
Total	24.295,18

- **Suprimento de Fundos**

São adiantamentos concedidos a colaboradores para que os mesmos executem pagamento de despesas que por seu caráter de urgência de necessidade não podem submeter-se aos procedimentos normais de processamento. O valor de **R\$ 14.678,51** refere-se a adiantamentos não aplicados, constituindo direito da Empresa.

- **Depósitos Restituíveis**

O valor dessa Rubrica é composto pelos valores de “Outros Depósitos” e “Bloqueios Judiciais”, em que seus saldos foram constituídos por meio de valores a serem restituídos pela Prefeitura Municipal de Belém, por conta dos ISS recolhidos de Notas Canceladas, pelo valor bloqueado por decisão judicial da colaboradora Leila Daher e pelo saldo não utilizado de verbas indenizatórias.

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS	
CONTAS	VALOR A RESTITUIR
Compensações ISS Proc. 1696/2011	
<i>SEDUC – NF-e 601/2010 Cancelada</i>	606.409,20
Outros Depósitos	
<i>SEDECT – NF 7365 Cancelada</i>	15.000,00
<i>Ações Trabalhistas</i>	59.919,82
Bloqueios Judiciais	
<i>Valor Bloqueado por determinação judicial</i>	322.121,03
Total	1.003.450,05
Valor Compensado	(606.344,97)
Total de Depósitos Restituíveis	397.105,08

A restituição do valor da conta ISS Proc. 1696/2011 tem se dado através de Compensações, em que deixamos de recolher para a prefeitura de Belém os valores devidos do “ISS Próprio” e valores de “ISS retidos” dos nossos fornecedores de serviços.

- **Recebimentos não identificados**

O saldo dessa conta corresponde a valores depositados na conta 180.140-6, cujas procedências não foram identificadas pela agência até o encerramento desse exercício.

DATA DO DEPÓSITO	VALOR
30/03/2020	R\$ 159,00
16/07/2020	R\$ 160,00
03/12/2020	R\$ 132,00
09/12/2020	R\$ 40,00
Total	R\$ 491,00

- **Estoques**

Os estoques estão representados basicamente por mercadorias em almoxarifado, que são consumidas nas atividades operacionais da empresa:

	2020	2019
ESTOQUES		
<i>Estoque de Materiais de Uso e Consumo</i>	833.187,46	867.193,94
Total	833.187,46	867.193,94

- **Despesas pagas antecipadamente**

São aplicações de recursos em despesas que permitem desfrutar de um direito no próximo exercício e que, pelo princípio da confrontação, devem ser apropriadas no exercício do benefício, independentemente da época do pagamento. A PRODEPA apresenta um saldo, em 31 de dezembro de 2020, de **R\$ 1.387.348,49** de despesas antecipadas.

<i>Assinatura Software por Subscrição - Dell</i>	663.440,00
<i>Assinatura Software por Subscrição - Pars</i>	1.283.021,00
Total	1.946.461,00
Valor de despesas apropriadas	(559.112,51)
Total de despesas pagas antecipadamente	1.387.348,49

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

- **Contas a receber**

A Conta a receber a Longo Prazo provém do parcelamento do valor de **R\$ 1.168.941,48** devido à PRODEPA pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA).

Acordo de Parcelamento de Dívidas Vencidas	Valor
<i>APDV 01 - Cosanpa</i>	712.246,67
<i>APDV 02 - Cosanpa</i>	166.190,01
<i>Termo de Confissão de Dívida 02/2012</i>	290.504,80
Total	1.168.941,48

- **Depósitos Judiciais**

A Rubrica Depósitos Judiciais é constituída de valores depositados à Justiça do Trabalho proveniente de ações trabalhistas movidas contra a empresa. Tais valores constituem direitos da empresa mediante a probabilidade de ganho de causa por parte da PRODEPA, valor atual de **R\$ 1.356.341,77**.

CONTAS	VALOR
Depósitos Judiciais Trabalhistas	1.356.341,77
Processo 0001091-52.2017.5.08.0012 – Inc. Gratificação Ronaldo Cond.	233.374,27
Processo 000185-12.2019.5.08.0006 – Inc. Gratificação Leila Daher.	28.539,48
Processo nº 0000224-88.2019.5.08.0012 - Ret.e Recolh. Con.Sind. sobre Folha	981,06
Processo nº 0000255-69.2018.5.08.0008 – Inc. Gratificação - Maurício Ataíde	9.513,16
Processo nº 0000516-38.2017.5.08.0014 - Avaliação de Desempenho	26.961,88
Processo nº 0000714-33.2016.5.08.0007 - Piso Salarial	1.025.600,30
Processo nº 0001053-41.2015.5.08.0002 - Avaliação de Desempenho	19.309,56
Processo nº 0001308-23.2011.5.08.0007 - Reajuste Salarial	6.290,00
Processo nº 0001507-47.2017.5.08.0003 - Suspensão Adicional s/ Jornada	5.772,06
Depósitos Judiciais Civil/Tributário	26.590,90
Processo nº0010440-77.1998.814.0301 - Ação Popular	26.590,90
Total de depósitos	1.356.341,77

1.2.2 INVESTIMENTOS

- **Participações em Outras Empresas**

A empresa possui investimentos permanentes na empresa de telefonia fixa, móvel e Internet – OI S.A. O investimento está registrado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

- **Provisão para Perdas em Investimentos**

Provisão que visa cobrir eventuais perdas com investimentos realizados pela Empresa.

1.2.3 IMOBILIZADO

O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção.

a. Composição

	Taxa Anual Depreciação	2020	2019
Custo Aquisição			
Terrenos	-	4.773.271,20	4.773.271,20
Edificações de Benfeitorias	4%	4.895.317,97	4.895.317,97
Edificações – Espaço de Convivência Prodepa	4%	155.156,21	155.156,21
Edificações – Galpão em Concreto Alvenaria Prodepa	4%	431.728,19	431.728,19
Edificações – Plataforma Vertical e Condensadores	4%	139.899,18	139.899,18
Edificações – Passarela de Acesso ao Restaurante	4%	39.022,24	39.022,24
Edificações – Pórtico de Entrada Prodepa	4%	169.502,15	169.502,15
Benfeitorias em Andamento	-	139.562,28	139.562,28
Equipamentos de Processamento de Dados	NCM	37.327.968,23	36.434.080,71
Instalações, Móveis e Utensílios e Outras Imobilizações	NCM	7.462.536,76	7.385.177,27
Veículos	20%	237.203,00	237.203,00

	56.021.229,32	54.799.920,40
(-) Depreciação Acumulada	(35.679.032,46)	(33.303.320,00)
	21.496.600,40	19.327.868,78
- BENS IMOVEIS DE USO ESPECIAL	250.061,91	250.061,91
Obras Em Andamentos - Infraestrutura de Telecom	250.061,91	250.061,91
	Total 20.342.196,86	21.746.662,31

A Depreciação é registrada pelo método Linear, a Empresa não adota o novo valor atribuído (Deemend Cost) de acordo com a interpretação técnica CPC – 10, por entender que o custo de formação do ativo está registrado pelo valor de mercado, as taxas de depreciação adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos Bens.

a. Movimentação:

	2020	2019
Saldo Imobilizado Líquido no Início do Exercício	21.746.662,31	19.577.930,69
Aquisições	1.031.849,61	4.191.461,50
Baixas e Estornos	(60.602,60)	(12.029,00)
(-) Depreciação no Exercício	(2.375.712,46)	(2.010.700,88)
Saldo Imobilizado Líquido no Final do Exercício	20.342.196,86	21.746.662,31

1.2.4 INTANGÍVEL

É um ativo não monetário identificável sem substância física ou incorpóreo. Os bens Intangíveis da PRODEPA são formados por Softwares, onde:

	2020	2019
Saldo Intangível do Início do Exercício	227.030,14	286.343,38
Aquisições	0,00	0,00
(-) Amortização no Exercício	(59.313,24)	(59.313,24)
(-) Ajustes	0,00	0,00
Saldo Intangível Líquido no Final do Exercício	227.030,14	227.030,14

2. PASSIVO

2.1 PASSIVO CIRCULANTE

2.1.1 CONSIGNAÇÕES A RECOLHER

É representado pelas obrigações de repasses a terceiros, dos valores retidos de salários dos colaboradores.

O valor referente a **AFCPD Diversos** é composto por **R\$ 2.000,00** da rescisão de Keila da Silva Rocha, **R\$ 15,99** referente a depósito realizado por Ivanilda Conceição Santos e **R\$ 796,79** referente a rescisão de Carlos Eduardo.

O valor referente a **AFCPD Plano de Saúde** é composto apenas pelo valor de **R\$ 845,83** proveniente da não realização do pagamento na competência Março de 2018 por motivos de que a associação em questão não realizou o envio do documento para a efetuação do pagamento.

<i>AFCPD Diversos</i>	2.812,78
<i>AFCPD-Plano de Saúde</i>	845,13
Total	3.568,61

2.1.2 FORNECEDORES

É representado pelos compromissos a pagar em curto prazo com terceiros, por fornecimento de Bens e Serviços necessários à manutenção das atividades operacionais da Empresa, valor atual de **R\$ 1.703.420,01**.

- **Bens e serviços não recebidos**

Representa a compra de um bem que ainda não foi entregue até o fechamento do exercício. O valor atual é de R\$ 44.246,66.

2.1.3 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

- **Impostos e Contribuições a recolher**

A Conta registra os tributos a recolher de responsabilidade da Empresa, assim com os retidos de terceiros nas aquisições de bens e serviços, o valor atual é de **R\$ 389.765,15**.

<i>ISS a Recolher</i>	9.309,93
<i>ISS Retido na Fonte a Recolher</i>	60.393,11
<i>PIS COFINS e CSLL Retido na Fonte a Recolher</i>	8.452,53
<i>Provisão para Imposto de Renda</i>	0,00
<i>Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro</i>	0,00
<i>Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF</i>	2.562,20
<i>PIS Cumulativo Receita Bruta a Recolher</i>	127.082,90
<i>Cofins Cumulativo Receita Bruta a Recolher</i>	161.295,84
<i>ICMS a Recolher - Diferencial de Alíquota</i>	0,00
<i>INSS Retido na Fonte PJ</i>	20.668,64
<i>Pis Não-Cumulativo a Recolher</i>	0,00
<i>Cofins Não-Cumulativo a Recolher</i>	0,00
Total	389.765,15

2.1.4 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Obrigações Com Pessoal**

Esta rubrica deriva dos compromissos exigíveis com a mão-de-obra empregatícia da empresa. Tais compromissos são representados pelos salários, encargos (como FGTS e INSS), e outros de mesmo caráter. O valor atual é de **R\$ 699.091,05**.

<i>Rescisão de Funcionário a Pagar</i>	25.426,94
<i>Contribuição Sindical a Recolher</i>	542,38
<i>Contribuição Previdenciária s/ Faturamento – INSS</i>	257.947,83

<i>Continuação</i>	
<i>INSS Empresa a Recolher</i>	208.913,94
<i>INSS Empregados a Recolher</i>	206.259,96
Total	699.091,05

O saldo da conta Contribuição Sindical a Recolher corresponde ao desconto indevido na folha de pagamento na competência 06/2019 e posterior reembolso a menor de cinco colaboradores e a não devolução a dois colaboradores em 09/2019, conforme demonstrado a seguir:

COLABORADORES	Valores pagos em 06/2019	Valores pagos em 09/2019	Saldo a pagar
<i>Edinamar Andrade Correa</i>	501,07	461,31	39,76
<i>Manoel Pedro dos Santos</i>	299,12	224,34	74,78
<i>Benedito Pereira de Freitas</i>	605,14	576,46	28,68
<i>Joseli Soares Santos</i>	253,21	234,22	18,99
<i>Vanda Fernandes Caxias</i>	272,58	250,48	22,10
<i>Raimundo Valter de Souza Cruz</i>	150,12		150,12
<i>Maria Terezinha do Nascimento Freitas</i>	207,95		207,95
		Total	542,38

- **Provisões**

São obrigações reconhecidas com férias e encargos sobre férias. O valor atual é de R\$ 3.538.956,14.

<i>Provisão para Férias</i>	3.119.239,76
<i>Provisão Para Encargos sobre Férias FGTS</i>	249.539,18
<i>Provisão Para Encargos sobre Férias INSS</i>	170.177,20
Total	3.538.956,14

2.1.5 OUTRAS OBRIGAÇÕES

São compostas das Rubricas *Adiantamentos de Clientes, Utilidades Públicas, Obrigações Contratuais, Parcelamento de Impostos e Encargos Sociais a Pagar.*

- **Adiantamento de Clientes**

São constituídos pelos valores pagos à PRODEPA por serviços ainda não executados, passivos de devoluções caso não ocorra a liquidação dos serviços contratados pelos clientes.

<i>Adiantamento de Clientes (FAPESPA)</i>	143.000,00
<i>Conselho das Secretarias Municipais de Saúde COSEMS</i>	0,72
<i>Câmara Municipal de Nova Ipixuna</i>	39,26
<i>Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte</i>	3.974,88
<i>Prefeitura Municipal de Placas</i>	360,00
<i>Escola de Governança Pública do Estado do Pará</i>	20,22
<i>Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS</i>	1.937,70
<i>Prefeitura Municipal de Capitão Poço</i>	1.800,00
<i>Câmara Municipal de Belém</i>	37,30
<i>Prefeitura Municipal de Canaã Dos Carajás</i>	2.057,52
<i>Câmara Municipal de Castanhal</i>	4.245,48
Total	157.473,08

- **Utilidades Públicas**

É representada pelos valores a pagar provenientes de consumo de água, energia elétrica e telefone.

<i>Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA</i>	1.406,40
--	----------

- **Obrigações Contratuais**

Esta rubrica registra as demais obrigações com terceiros em curto prazo e é representada pelas Cauções Contratuais e contas a pagar de utilidade Pública.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	
<i>Caução F Treze</i>	34.893,61
<i>Caução-Dantek Equip. Microfilmagem</i>	2.999,24
<i>Caução-Oak Soluções</i>	959,76
<i>Caução-Makromedia Info</i>	740,95
<i>Caução-RadioComm</i>	128.378,84
Total	167.972,40

- **Parcelamento de Impostos e Encargos Sociais**

É representada pelo parcelamento do Refis a curto prazo.

<i>Refis</i>	481.676,86
--------------	------------

2.1.6 CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

É constituído pelos Termos de Cooperação Técnica entre os entes BANPARÁ, SECTET e PRODEPA. Tal Termo tem por finalidade aumentar as redes de Fibra ótica em todo Estado do Pará.

2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

2.2.1 EXIGIVEL A LONGO PRAZO

TERMO DE COOP. TÉCNICA BANPARÁ/ PRODEPA	
Termo De Coop. Técnica 01/2015 - Banpará/ Prodepa	11.941.132,07
<i>(-) Serviços de Terceiros PJ - TCT Banpará/Prodepa</i>	(11.506.831,28)
<i>(-) Aquisições de Equipamentos-TCT Banpará/Prodepa</i>	(127.737,52)
	306.563,27
Termo de Coop Técnica 002/2016 - Banpará Conectado	5.469.741,53
<i>(-) Serviços de Terceiros PJ - TCT Banpará Conecta</i>	(2.822.388,77)
<i>(-) Aquisições de Equipamentos - TCT Banpará Conecta</i>	(1.046.732,17)
	1.600.620,59
Termo de Coop Técnica 003/2018 - Banpará Conectado 2	9.411.122,37
<i>(-) Serviços de Terceiros PJ - TCT 03/2018 Banpará Conectado 2</i>	(6.217.384,34)
<i>(-) Aquisições de Equipamentos – TCT 03/2018 Banpará Conectado 2</i>	(910.661,64)
	2.283.076,39
Total	4.190.260,25

- **Parcelamento de impostos e encargos sociais**

A Conta é representada pelo REFIS parcelamento que está presente no Longo Prazo. O mesmo vem sendo amortizado conforme permissão legal que é a aplicação de da alíquota de 1,5% sobre o faturamento da Empresa.

<i>Refis</i>	11.166.499,41
--------------	---------------

- **Provisão para contingências**

Registra valores de possíveis perdas de causas trabalhistas que tramitam na justiça. Tais Valores são atualizados de acordo com pareceres e manifestações da Assessoria Jurídica da Empresa.

PROCESSO	RECLAMATÓRIA	VALOR DA AÇÃO	DISCUTIDOS ATÉ 31/12/ 2023	PROBABILIDADE DE SUCESSO NO PLEITO
0153500-77.2007.5.08.0007	<i>Ação Civil Pública</i>	R\$ 100.000,00	R\$ 5.000.000,00	<i>Possível</i>
0001308-23.2011.5.08.0007	<i>Reajuste salarial de 33%</i>	R\$ 50.000,00	R\$ 6.000.000,00	<i>Provável</i>
000018-12.2019.5.08.0006	<i>Incorporação gratificação</i>	R\$ 13.775,30	-	<i>Provável</i>
0000129-09.2020.5.08.0017	<i>Avaliação de desempenho – PCCS (Processo de execução do 0000516-38.2017.5.08.0014)</i>	-	-	<i>Provável</i>
000811-07.2014.5.08.0006	<i>Verbas indenizatórias, remuneração, gratificação ajustada – PCCS</i>	R\$ 1.500.000,00	-	<i>Provável</i>
0000714-33.2016.5.08.0007	<i>Piso salarial disposto em Lei</i>	R\$ 50.000,00	R\$ 998.721,00	<i>Possível</i>
0001091-52.2017.5.08.0012	<i>Incorporação de gratificação de função</i>	R\$ 39.997,84	R\$ 250.000,00	<i>Possível</i>
0000255-69.2018.5.08.0004	<i>Incorporação gratificação</i>	R\$ 21.981,62	-	<i>Provável</i>
0010440-77.1998.814.0301	<i>Ação popular</i>	R\$ 77.600,00	R\$ 120.000,00	<i>Provável</i>
	TOTAL	R\$ 1.853.354,76	R\$ 12.368.721,00	

2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

É composto por 500.000 ações ordinárias nominativas, oriunda desde a transformação da PRODEPA de Autarquia para Empresa Pública sendo único acionista o Governo do Estado do Pará.

b) Reservas:

As reservas representam a diferença entre o patrimônio líquido e o capital, sendo resultantes de valores entregues pelos titulares do capital que não representam aumento de capital, ou representam acréscimos de valor de elementos do ativo, ou ainda se originam de lucros não distribuídos aos sócios ou acionistas.

- **Reservas de Lucros**

São reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. A Reserva de Lucros da empresa tem suas bases na constituição de **Reservas de Incentivos Fiscais**, que são Reservas constituídas com as Receitas de Subvenções para Investimentos. Tais reservas não serão tributadas enquanto estiverem configuradas nessa conta, logo, a partir do momento em que for dada outra destinação para o valor existente na conta (que não seja observado o disposto no §1º), ou seja dada destinação diversa daquela prevista no caput (art. 30 da Lei nº 12.973 de 2014), a empresa será tributada pelo Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os procedimentos de absorção das Reservas pelos Prejuízos Acumulados têm como base legal o artigo 189 da Lei 6.404/76

“Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem”.

- **Reservas de Reavaliação**

A Lei 6.404/76 (também chamada Lei das S/A), em seu artigo 8º, admitia a possibilidade, até 31.12.2007, de se avaliarem os ativos de uma companhia pelo seu valor de mercado, chamando isto de reavaliação. Na reavaliação abandonava-se o custo do bem original, corrigido monetariamente até 31.12.1995, e utilizava-se o novo valor econômico do ativo, obtido a partir de um laudo de avaliação. O valor da reavaliação do ativo imobilizado é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado, com base em laudos técnicos elaborados peritos ou entidade especializada. A partir de 01.01.2008, a Reserva de Reavaliação foi extinta, por força da Lei 11.638/2007. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização. Assim, a Reserva de Reavaliação da Empresa vem sendo realizada anualmente de acordo com a legislação específica, até que seja totalmente absorvida.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício evidencia a formação do resultado líquido em um período, através do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência. Nessa sistemática a PRODEPA apresentou resultados em 2019 e 2020 respectivamente de **R\$ 2.892.803,42** e **R\$ 6.557.758,87**. Os resultados positivos dos exercícios foram destinados para a constituição de Reservas de Incentivos Fiscais.

Vale Ressaltar que todas as receitas da PRODEPA no Exercício em questão são receitas provenientes de serviços de tecnologia, Microfilmagem, Subvenções Governamentais, Multas Aplicadas e Rendimentos de Aplicações Financeira.



Marcos Antônio Brandão da Costa
Presidente
CPF 048.051.862-91



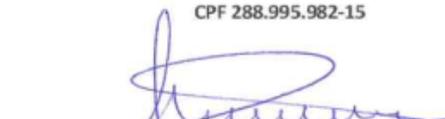
Carlos José Soares Raposo
Diretor Adm. Financeiro
CPF 288.995.982-15



Gustavo Bezerra da Costa
Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
CPF 756.311.482-34



Luiz Carlos Henerson G. de Oliveira
Diretor de Projetos Especiais
CPF 633.674.407-87



Maria Helena Moscoso da Silva
Diretor de Tecnologia e Comunicação
CPF 625.715.088-49



Sandro Reis de Oliveira
Diretor de Relações Institucionais
CPF 038.110.762-05



Odirley Rodrigues da Silva
Contador CRC/PA 014892
CPF 687.817.252-72



AUDICON
auditoria, consultoria e contabilidade

RELATÓRIO DE AUDITORIA

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA**

CNPJ: 05.059.613/0001-18

Exercício 2020

Responsável Técnico:
Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador – CRC/PA – 002671/0-3
Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO PARÁ - PRODEPA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA** em 31 de Dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. A responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, somos independentes em relação a **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA**. De acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

- Após análise detida dos procedimentos de Auditoria, foi constatado que a entidade não efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), conforme determinado pela NBC'S TG 01 a 27. Com isso, recomendamos que a entidade consiga no ano de 2021 executar tal procedimento, para evitar qualquer eventual problema havendo distorção no devido teste.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor.

A administração da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA** é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARÁ - PRODEPA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

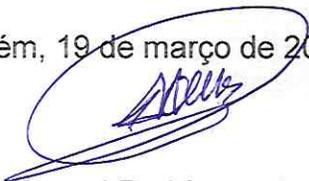
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

Demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 19 de março de 2021.



Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Auditor Independente CNAI 171
Contador CRC/PA 002671/O-3
CPF: 005.961.162-68
IBRACON 3715
CVM 4677